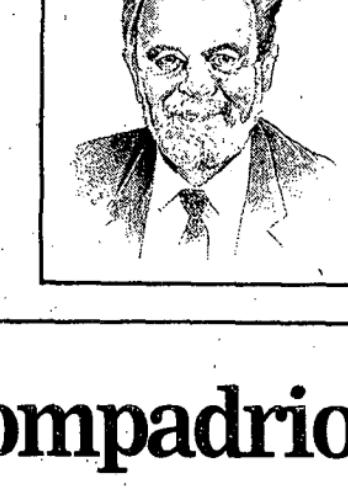


24 JAN 1995

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Relações de compadrio

Ministros, secretários da Presidência, representantes de governadores, jornalistas, lobistas, e quantos têm interesse nos rumos que o próximo Congresso tomará, deveriam prestar mais atenção às relações de compadrio, parentesco e vizinhança que ao jogo programático dos partidos políticos. É óbvio que o número de deputados e senadores filiados a cada um dos 18 partidos representados no Congresso é indicativo da força de cada sigla. Mas pode não ser determinante na hora das votações controvertidas. Não existindo sanções para a infidelidade partidária, é fatal a oscilação das maiorias.

Na Inglaterra, um governo pode manter-se quatro anos no poder com uma maioria ínfima sobre a oposição. Por isso, inventaram o **pairing**, um acordo de cavaleiros segundo o qual, quando um deputado governista não pode comparecer a uma votação por motivo de força maior, a oposição também subtrai um voto das bancadas. No Brasil, uma aparente maioria de quatro a um pode não significar grande coisa, quando os interesses em jogo se sobrepõem à disciplina partidária.

Um episódio administrativo simples, como a atribuição de gabinetes aos senadores recém-eleitos, oferece excelente matéria para a análise das relações de compadrio e vizinhança, por vezes mais concretas que as afinidades partidárias. No caso, considero relações de vizinhança as que existem entre políticos de um mesmo estado ou região, ainda que partidariamente sejam até adversários.

Logo após as eleições, o mato-grossense Júlio Campos, primeiro-secretário do Senado, anunciou que os gabinetes dos novos senadores seriam distribuídos por sorteio. Só os trouxas ou os malficiosos acreditaram.

Diferentemente à Câmara, que tem um anexo de dez andares, o Senado tem uma distribuição horizontal dos seus espaços por diversas alas, batizadas com o nome de quem as mandou construir ou de eminentes senadores falecidos. Os gabinetes são classificados como bons ou ruins por dois critérios: o tamanho e a distância que ficam do plenário. Os quatro mais vastos latifúndios, na ala Ruy

Carneiro, em frente ao auditório Petrônio Portela, foram mandados construir por Mauro Benvides, quando presidia a casa. Quem parte e reparte e não fica com a maior parte, ou não tem engenho ou lhe falta arte. Mauro reservou para si um deles, que legou agora para Humberto Lucena, como ele também ex-presidente do Senado. José Sarney herdou outro, do vice-governador de Mato Grosso, Márcio Lacerda, passando o seu para Jader Barbalho, ex-governador do Pará e também do PMDB.

Como sempre acontece entre uma e outra legislatura, o Senado ampliou, neste recesso, os seus espaços, construindo 14 novos gabinetes, na ala Filinto Müller. São médios. Um deles coube a Roberto Freire, que o recusou por motivos ideológicos. Não podia trabalhar em um lugar que tem o nome do velho torturador de comunistas dos tempos de Getúlio Vargas.

Restavam 41 senadores novos a serem colocados e por essa movimentação se pode acompanhar as relações de vizinhança.

Doze receberam os gabinetes de seus coestaduanos. Nelson Carneiro, baiano de nascimento, voltou às origens, entregando o seu gabinete a Josaphat Marinho. Mais seis senadores favoreceram políticos da mesma região, sendo cinco da Amazônia e um do Sul.

Algumas dessas amabilidades são curiosas. Por exemplo: Cid Sabóia de Carvalho, que foi tratado no Ceará pelo PSDB de Tasso Jereissati, passou o seu gabinete para quem o derrotou, Sérgio Machado. Saldanha Derriz, do Mato Grosso do Sul, igualmente derrotado pelo PSDB, fez o mesmo, passando o gabinete para Lúdio Coelho. Neste caso, as relações de compadrio foram mais fortes: Lúdio é seu cunhado.

No final das contas, o que menos pesou foram as afinidades ideológicas, embora ocorressem. Márcio Covas entregou o seu excelente gabinete ao tucano Artur da Tavaia, do Rio de Janeiro, de vez que José Serra herdara o de Fernando Henrique Cardoso. José Richa, do Paraná, vizinho de Covas, passou tudo para o tucano cearense Beni Veras. Houve outros casos de transferências partidárias, mas são nitidamente minoria.